



Demonstrações Financeiras do Exercício de 2020

Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso

CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2020 avançamos rumo à universalização do saneamento no Estado de Sergipe ao darmos continuidade à implementação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios – o que envolveu investimentos de aproximadamente R\$ 124 milhões.

Apesar da necessidade de prorrogação das obras, devido à paralisação e redução das frentes de serviços para assegurar a saúde e integridade dos trabalhadores no contexto da pandemia da Covid-19, concluímos obras importantes. Entre elas estão a primeira etapa do sistema de drenagem pluvial e a segunda etapa do sistema de esgotamento sanitário de Itabaiana – quarto município mais populoso do estado –, e o sistema adutor do Poxim, que interliga a Barragem Jaime Umbelino de Souza à Estação de Tratamento do Poxim, garantindo a segurança hídrica da Região Metropolitana de Aracaju para os próximos 20 anos.

Além desses empreendimentos, estão em fase de conclusão obras de ampliação do Sistema Adutor Integrado do Piautinga; do Sistema Adutor Integrado do Alto Sertão; do Sistema de Esgotamento Sanitário de Lagarto; dos Sistemas de Esgotamento Sanitário do município de Aracaju; e no Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Poxim; além do aperfeiçoamento de outros sistemas de abastecimento e esgotamento distribuídos pelo estado – totalizando mais de R\$ 700 milhões de investimento.

Com o aumento da inadimplência e a redução no faturamento, decorrentes da pandemia, foi necessário reduzirmos custos e despesas para manter o equilíbrio econômico-financeiro. Assim, obtivemos quedas de custos dos serviços e despesas comerciais

e administrativas de 35% e 25%, respectivamente, sem deixar de executar mais de 50 mil novas ligações de água e 30 mil novas ligações de esgoto, ampliando 12 mil quilômetros de rede de água e 5 mil quilômetros de rede de esgoto. Mantivemos a cobertura urbana de água acima de 99% e aumentamos a cobertura urbana de esgoto de 37% para 39%, com previsão de atingirmos 54% nos próximos dois anos com a conclusão das obras em andamento.

O início da operação dos novos sistemas potencializará nossa geração de caixa já no próximo ano. Além disso, tendo em vista as metas estabelecidas pelo novo Marco Legal do Saneamento para universalização (99% de abastecimento de água e 90% de esgotamento sanitário) até 2033, estamos em busca da diversificação de fontes de recurso por meio de financiamentos públicos com bancos nacionais de desenvolvimento e organismos multilaterais de financiamento.

A nova lei, sancionada em julho, também extingue os contratos de programa, em que prefeitos e governadores firmavam parceria diretamente com as companhias estaduais de saneamento, sem necessidade de licitação. Dessa forma, passa a ser obrigatória a abertura de concorrência entre 3 prestadores de serviços públicos ou privados. Os contratos de programa que já estavam em vigor, no entanto, foram mantidos. De nossa parte, já vínhamos renovando nos últimos anos os contratos de programa com o poder concedente, tendo assinado, em janeiro, o Contrato de Programa com a Prefeitura de Aracaju, responsável por aproximadamente 50% de toda a nossa receita operacional, o que garante a continuidade dos investimentos – aproximadamente R\$ 200 milhões em obras.

Com a assinatura, Aracaju, que já conta com 100% de cobertura

de água, terá sua cobertura de esgotamento sanitário ampliada dos atuais 60% para 90% até 2022. O avanço representa a garantia de que, até 2033, os serviços estarão universalizados e à disposição de toda população.

Alinhados às metas nacionais, revisamos nosso planejamento estratégico para o ciclo de 2021 a 2025, trabalho que contou com envolvimento dos colaboradores. A nova agenda considera também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que integram a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido, nos tornamos signatários do Movimento Nacional ODS e participamos do III Encontro Estadual dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), no qual recebemos o Selo Social ODS 2019/20, por conta dos projetos de incentivo à leitura, do plantio de 50 mil mudas e do Saneamento Expresso, nosso ônibus dedicado à educação ambiental.

Para os próximos cinco anos, além da ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em busca da universalização do acesso ao saneamento, visamos à extensão do programa de combate a perdas de água para o interior do estado e ao avanço no processo de transformação e inovação tecnológica na prestação dos serviços e na gestão dos nossos ativos. Queremos ser cada vez mais reconhecidos como prestadores de serviços públicos de excelência, pautados pelas melhores práticas de governança corporativa, eficiência operacional, sustentabilidade econômico-financeira e responsabilidade socioambiental.

Seguimos juntos,
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO	R\$(1)	
	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE	174.120.819	176.300.079
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20.251.929	6.937.490
Caixa e bancos	1.292.302	1.727.911
Aplicações de liquidez imediata	18.959.627	5.209.579
DIREITOS REALIZÁVEIS	153.868.890	169.362.589
Contas a receber de Usuários (Nota 3)	152.114.558	159.830.491
Estoques (Nota 3)	1.313.567	1.085.462
Outras créditos	440.765	8.446.636
NÃO-CIRCULANTE	1.806.923.261	1.685.558.340
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	15.021.844	5.765.876
Depósitos judiciais	7.186.435	5.765.876
Tributos a recuperar	7.835.409	-
IMOBILIZADO (Nota 3)	1.791.901.417	1.679.792.464
TOTAL DO ATIVO	1.981.044.081	1.861.858.419

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

PASSIVO	R\$(1)	
	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE	125.994.182	142.721.123
Fornecedores	38.484.729	57.380.431
Retenções contratuais	2.367.178	2.402.145
Provisão de férias e gratificação	19.978.209	11.060.171
Contas a pagar Energia Elétrica (Nota 4)	-	1.000.000
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 5)	15.121.533	15.778.241
Empréstimos e financiamentos (Nota 6)	43.778.824	50.114.271
Parcelamentos (Nota 7)	5.058.691	3.968.182
Consignações a recolher	666.733	662.685
Salários e ordenados a pagar	421.000	218.779
Outros débitos	117.285	136.218
NÃO-CIRCULANTE	216.396.502	221.059.962
Parcelamentos (Nota 7)	31.299.164	32.153.042
Empréstimos e financiamentos (Nota 6)	25.419.930	35.474.629
Provisão Para Contingências (Nota 8)	17.787.607	11.260.049
Recursos Vinculados a Convênios (Nota 9)	141.889.800	142.172.243
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.638.653.396	1.498.077.334
Capital realizado (Nota 11)	1.302.000.000	899.488.607
Subscrito	1.302.000.000	899.488.607
Reservas de Capital	20.112.383	20.112.383
Reservas de Lucros	331.430	331.430
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 10)	520.747.256	790.424.504
Prejuízos Acumulados	-204.537.672	-212.279.590
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.981.044.081	1.861.858.419

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	R\$(1)	
	01/01/2020 à 31/12/2020	01/01/2019 à 31/12/2019
Receita Operacional Líquida (Nota 13)	577.588.388	608.356.987
Custo dos Serviços (Nota 14)	-404.146.362	-415.020.253
Lucro Bruto	173.442.026	193.336.734
Despesas Operacionais	-155.061.334	-180.704.076
Comerciais (Nota 15)	-75.526.764	-95.503.669
Administrativas (Nota 15)	-78.007.955	-82.686.448
Despesas fiscais e tributárias	-4.779.511	-5.452.282
Outras Receitas (despesas operacionais)	3.252.896	2.938.322
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	18.380.692	12.632.659
Receitas (Despesas) Financeiras	-7.232.646	-10.484.950
Receitas	660.374	763.324
Juros e encargos financeiros	-7.711.362	-10.364.035
Variações Monetárias	-181.659	-884.239
Lucro(Prejuízo) antes dos Impostos e contribuições	11.148.046	2.147.709
Imposto de Renda e Contribuição Social	-3.406.129	-1.377.300
Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício	7.741.917	770.409
Lucro(Prejuízo) por Ação do capital social	0,00051613	0,00007434
(por lote de 1.000 ações)		
Quantidade de Ações	15.000.000.000	10.362.771.972

(As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)	R\$ (1)	
	01/01/2020 à 31/12/2020	01/01/2019 à 31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
1 – Lucro Líquido do Período	7.741.917	770.409
2 – Ajustes para reconciliar o lucro líquido:	74.989.311	93.827.211
Depreciação e amortização	43.805.496	42.994.880
(Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	-	-
Provisão p/perdas na realização de créditos	25.733.084	39.087.504
(Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	-	-
Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos	5.269.072	10.860.588
Variação monetária sobre financiamentos	181.659	884.239
Ajustes de Exercício Anterior	-	-
3 – Total (1+2)	82.731.229	94.597.620
4 – Total Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes:	-24.732.241	-34.174.098
Cientes	-18.017.152	-53.407.198
Estoques	-228.104	1.017.976
Outros créditos	8.005.871	-822.440
Outras contas ativas de longo prazo	-9.255.968	-284.601
Fornecedores	-19.895.702	11.652.422
Retenções contratuais	-34.967	1.390.961
Contas a pagar	-18.934	20.327
Outros débitos	6.527.558	-1.437.622
Impostos, taxas e contribuições diversas	788.153	1.494.507
Consignações a recolher	4.048	-63.278
Provisão pl Férias e Gratificação	8.918.038	-124.801
Salários e Encargos a pagar	-1.242.639	1.533.801
Recursos Vinculados a Convênios	-282.443	4.855.849
5 – CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (3+4)	57.998.987	60.423.523
6 – CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-155.914.449	-173.630.862
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-155.914.449	-173.630.862
7 – CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	111.229.901	110.945.480
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	132.834.145	115.764.315
Parcelamento de Dívidas Tributárias	5.406.178	104.634
Pagamento dos Parcelamentos da Dívida Contraída	-4.593.464	-3.805.069
Empréstimos Obtidos com Instituições Financeiras	30.000.000	39.271.061
Pagamentos de Empréstimos com Instituições Financeiras	-52.416.957	-40.389.462
8 – AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES (5+6+7)	13.314.439	-2.261.860
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 01 DE JANEIRO	6.937.490	9.199.349
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO	20.251.929	6.937.490

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PERÍODO DE 01/01/2019 A 31/12/2020)

R\$(1)

ESPECIFICAÇÕES	CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	RESERVA DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
SALDOS EM 01.01.19		899.488.607	20.112.383	331.430	-213.049.999	674.660.189	1.381.542.610
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL						115.764.315	115.764.315
RESULTADO DO EXERCÍCIO					770.409		770.409
RESERVA LEGAL					-		-
SALDO EM 31.12.2019		899.488.607	20.112.383	331.430	-212.279.590	790.424.504	1.498.077.334
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL						132.834.145	132.834.145
RESULTADO DO EXERCÍCIO					7.741.917		7.741.917
RESERVA LEGAL							
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL		402.511.393				-402.511.393	-
SALDO EM 31.12.2020		1.302.000.000	20.112.383	331.430	-204.537.672	520.747.256	1.638.653.396

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Carlos Fernandes de Melo Neto | Ricardo Pereira Simões dos Reis | José Gabriel Almeida de Campos | Carlos Anderson Silveira Pedreira | Carlos Alberto Coutinho | Thiago Figueiredo de Almeida Lima
Diretor-Presidente | Diretor de Gestão Corporativa | Dir. De Meio Ambiente e Expansão | Diretor de Operações | Dir. Comercial Financeiro | Contador CRC-SE 7175-O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores Expressos em R\$(1)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO é uma empresa de economia mista, com sede em Aracaju, criada pelo Decreto-lei Estadual nº 109, de 25/ago./69, com as alterações do Decreto-lei nº 268, de 16/jan./70, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe.

A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, cabendo-lhe:

- realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e esgotos sanitários;
- fixar e arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos;
- estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de água, esgotos sanitários e de saneamento em geral;
- cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários e de saneamento em geral, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inscrições e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.

Com o advento da Lei 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do Saneamento no País, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequar à nova Lei. O Estado de Sergipe aprovou junto a Assembleia Legislativa a Lei complementar nº 176 de 18 de dezembro de 2009, criando as Microrregiões de Saneamento Básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a AGENCIA REGULADORA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E A POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO (LEI Nº 6.977 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010).

A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 73 municípios em que a DESO opera, 11 (onze) contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos. Em 31 de dezembro de 2020, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

No início de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou pandemia do novo coronavírus (Covid-19), doença infecciosa que afetou um grande número de pessoas espalhadas pelo mundo. Vários setores da economia, considerados não essenciais, foram paralisados no intuito de conter o avanço da doença.

A DESO, que presta serviços essenciais à população no setor de saneamento, continuou a operar. Entretanto, adotou diversas medidas de prevenção, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados que se tornam ainda mais essenciais no contexto desta pandemia em que a OMS recomenda que toda a população mantenha bons hábitos de higiene, como a lavagem das mãos de forma correta e com mais frequência.

A Companhia adotou diversas medidas preventivas para que seus empregados não fossem expostos a situações de risco, tais como: (i) disponibilização de máscaras e álcool em gel; (ii) afastamento dos empregados enquadrados no grupo de risco; (iii) isolamento domiciliar para os empregados que apresentarem sintomas respiratórios e/ou febre; (iv) definição do efetivo mínimo para trabalho interno; (v) atendimento aos clientes remotamente via agência virtual, aplicativo de mensagem e telefone; (vi) orientação para manter o ambiente de trabalho com uma maior circulação de ar; (vii) criação do protocolo virtual para tramitação de documentos e processos, de modo exclusivamente digital; (viii) foram tomadas medidas de prevenção para que os empregados da área operacional desenvolvesse suas atividades sem agravar o risco de contaminação, garantindo a continuidade na prestação dos serviços essenciais à população.

Entre as principais medidas adotadas pela DESO para minimizar os efeitos negativos na economia proveniente da pandemia, podemos destacar: (i) suspensão do reajuste tarifário anual; (ii) suspensão dos cortes por falta de pagamento; (iii) isenção da cobrança das ligações enquadradas na Tarifa Social; (iv) aplicação do consumo medido (real) em detrimento da aplicação do consumo mínimo (por economia) da rede hoteleira. Essas medidas também provocaram reflexos econômicos e financeiros na Companhia.

Diante do cenário de instabilidade econômica agravada pelo coronavírus, a Companhia promoveu redução nos custos e despesas, além de ajustes orçamentários visando preservar o fluxo de caixa para honrar os compromissos financeiros com prestadores de serviços, materiais de tratamento, encargos trabalhistas e tributos a fim de manter a qualidade e continuidade da prestação de serviço.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/dez./20 e 31/dez./19 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941./09. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia.

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS ocorreu em duas etapas, a primeira em 2009 com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, e a segunda com aplicação em 2010 dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) APURAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

A Companhia registra como prática contábil o reconhecimento da receita a faturar, calculada com base em estimativas mensais dos montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

b) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvendo os valores calculados a base de estimativas, podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.

c) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de empreiteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzidos por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.

d) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

e) CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados os ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do Estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2020	2019
Particulares	310.483.155	289.260.356
Público	144.991.333	178.079.524
Contas a Faturar	37.773.180	39.163.533
(-) Perdas Prováveis c/ Clientes	(341.133.110)	(346.672.922)
Contas a Receber, líquido	152.114.558	159.830.491

Os montantes constituídos na rubrica de Perdas Prováveis com clientes foram contabilizados no resultado de 2020 como perdas na realização de créditos o montante de R\$ 62.920.927 (R\$ 60.019.648 em 2019) e recuperado o montante de R\$ 37.187.843 (R\$ 20.932.144 em 2019). O impacto das perdas de crédito no resultado foi no montante líquido de R\$ 25.733.084 (R\$ 39.087.504 em 2019).

O aumento dos créditos recuperados no exercício deveu-se principalmente pelo trabalho realizado pela Companhia na recuperação de créditos da categoria Público Estadual. Outra medida adotada visando recuperar créditos vencidos foi o lançamento do edital para contratação de empresa para cobrança administrativa de créditos vencidos de clientes.

Ademais, foi realizado um levantamento dos créditos vencidos já prescritos, cujo todas as medidas administrativas para recuperação do crédito já haviam sido adotadas pela Companhia. Dessa forma, foram baixados o montante de R\$ 31.272.896 referente a créditos prescritos já reconhecido como perdas em períodos anteriores.

f) ESTOQUES

Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2020	2019
Almoxarifado Central	1.313.567	1.085.462
TOTAL	1.313.567	1.085.462

g) IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/dez/95, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infraestrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./2020

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.221.258.370	510.065.078	711.193.292
Sistema de Esgoto	391.277.585	93.886.181	297.391.404
Bens de Uso Geral	42.232.978	29.453.956	12.779.022
Subtotal em Operação	1.654.768.933	633.405.215	1.021.363.718
Obras em Andamento	770.537.699		770.537.699
TOTAL GERAL	2.425.306.632	633.405.215	1.791.901.417

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./2019

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.205.216.692	476.734.619	728.482.073
Sistema de Esgoto	373.415.562	86.224.848	287.190.714
Bens de Uso Geral	41.270.955	26.640.253	14.630.701
Subtotal em Operação	1.619.903.208	589.599.720	1.030.303.489
Obras em Andamento	649.488.975		649.488.975
TOTAL GERAL	2.269.392.183	589.599.720	1.679.792.464

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS DE DEPRECIÇÃO
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

h) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

i) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos ate 31/dez./20. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

j) DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO-CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Ⓜ NOTA 4. CONTAS A PAGAR ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos correspondem às seguintes obrigações

DESCRIÇÃO	2020	2019
Energisa	-	1.000.000
TOTAL	-	1.000.000

Ⓜ NOTA 5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	2020	2019
COFINS	2.311.659	2.485.077
Imposto de Renda	4.506.571	2.936.991
FGTS	1.398.827	1.388.219
INSS	4.551.631	6.716.975
PIS / PASEP	497.595	536.391
Outros	1.855.250	1.714.588
TOTAL	15.121.533	15.778.241

Ⓜ NOTA 6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIM. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
BANCO SOFISA SA CT 4961	13.915.364	15.541.035	29.456.399	MAI/2023	5,54	CDI
BC BRASIL CT 40000095	187.500	445.291	632.791	JAN/2025	6,00	-
BC BRASIL CT 40000079	40.530	74.114	114.644	JAN/2024	3,50	-
INST. ASSIST. DA DESO - DESUS	2.697.869	-	2.697.869	AGO/2021	4,28	CDI
BC DAYCOVAL CT 82282-7	7.221.574	2.410.111	9.631.685	MAI/2022	4,28	CDI
BC DAYCOVAL CT 84967-9	17.091.154	6.949.379	24.040.533	JUN/2022	4,28	CDI
BC NORDESTE 520178655426	2.624.833	-	2.624.833	NOV/2021	1,16 + CDI	SELIC
TOTAIS	43.778.824	25.419.930	69.198.754	-	-	-

Em maio/2020, a Companhia contratou R\$ 30 milhões com o Banco SOFISA para liquidar contratos mais onerosos junto a mesma instituição bancária e com o Instituto Assistencial da DESO – DESUS.

Em virtude dos impactos negativos no fluxo de caixa provocado pelo coronavírus, houve suspensão temporária das parcelas dos contratos com o DESUS e Banco do Nordeste do Brasil. Este último, também houve o alongamento do prazo do contrato para Novembro/2021 e redução da parcela mensal. Essas medidas provocaram um alívio no fluxo de caixa para enfrentamento dos efeitos econômicos e financeiros do coronavírus na Companhia.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 1,16% a 6% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimento final para Janeiro de 2025.

Ⓜ NOTA 7. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
PERT LEI 13.496 - COFINS	957.121	7.121.979	8.079.100	DEZ/2030
PERT LEI 13.496 - INSS	826.033	5.869.578	6.695.611	DEZ/2030
REFIS LEI 12.996 - COD. 4750	1.130.178	8.847.920	9.978.098	NOV/2029
REFIS LEI 12.996 - COD. 4737	423.058	3.012.487	3.435.545	FEV/2029
REFIS LEI 12.996 - COD. 4743	317.552	1.220.432	1.537.984	OUT/2025
REFIS LEI 12.996 - COD. 4720	263.789	1.445.088	1.708.877	JUL/2027
SIMPLIFICADO - PIS/PASEP	22.451	55.004	77.455	JUN/2024
SIMPLIFICADO - INSS	345.351	1.072.393	1.417.744	FEV/2025
SIMPLIFICADO - PIS/PASEP E COFINS	773.158	2.654.283	3.427.441	JUN/2025
TOTAIS	5.058.691	31.299.164	36.357.855	

Durante o exercício de 2020, foram realizados dois parcelamentos simplificados para regularização de débito previdenciário (INSS) e tributário (PIS/PASEP e COFINS), ambos parcelados em 60 meses.

Em Novembro/2020, foi realizada uma reconsolidação no parcelamento REFIS Lei 12.996 – COD 4720 que resultou na antecipação do prazo para Julho/2027 e redução do saldo devedor.

Em 2017, aderimos ao REFIS DO PERT instituído pela Lei nº 13.496 de 24/10/2017, o qual optamos por parcelar em 145 meses os débitos com INSS/COFINS, consolidado em 2018.

Em 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento do governo federal estabelecido através da Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, no qual foram incluídos todos os débitos com tributos federais e previdenciários vencidos até 30 de dezembro de 2013, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN. Os prazos requeridos no parcelamento são de até 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela TJLP e mensalmente com base na SELIC.

Ⓜ NOTA 8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte de diversos processos de origem, trabalhistas e cíveis, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível. A

companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas e cíveis, conforme demonstradas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA BASE 31/DEZ./20	PROVISÃO EM 31/DEZ./20	PROVISÃO EM 31/DEZ./19
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS			
Provável	12.236.599	12.236.599	7.634.617
Possível	20.840.183	-	-
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS			
Provável	5.551.008	5.551.008	3.625.432
Possível	90.263.146	-	-
TOTAIS	128.890.936	17.787.607	11.260.049

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos.

Ⓜ NOTA 9 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIOS

DESCRIÇÃO	2020	2019
Prefeitura de Aracaju	17.211.481	17.211.481
Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	122.250.422	122.532.865
Secretaria do Planejamento – SEPLAN	2.199.108	2.199.108
Instituto e Colonização Agrária – INCRA	228.789	228.789
TOTAL	141.889.800	142.172.243

Ⓜ NOTA 10 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 132.834.145, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Infraestrutura, em nome do Governo do Estado de Sergipe, mediante convênios cujos recursos foram aplicados em diversas obras de água e esgotamento sanitário.

Ⓜ NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 15.000.000.000 de ações. Em 31/dez./20 o capital social integralizado era de R\$ 1.302.000.000, composto por 15.000.000.000 de ações no valor nominal de R\$ 0,0868, sendo 12.000.000.000 de ações ordinárias e 3.000.000.000 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL EM R\$
Estado – SE	11.999.999.537	2.974.890.723	14.974.890.260	1.299.820.475
Tesouro Nacional	0	24.312.654	24.312.654	2.110.338
Codevasf	0	289.809	289.809	25.155
DNOCS	0	232.935	232.935	20.219
Prefeituras	0	273.819	273.819	23.768
Diversos	463	60	523	45
TOTAIS	12.000.000.000	3.000.000.000	15.000.000.000	1.302.000.000

No exercício o capital social foi aumentado em R\$ 402.511.393, mediante integralização de adiantamentos para aumento de capital, repassados pelo Governo do Estado. O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2020 e 2019.

Ⓜ NOTA 12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano Assistencial
A Companhia instituiu uma entidade, sob a forma de sociedade civil, denominada Instituto Assistencial do DESO – DESUS, com fins assistenciais e não-lucrativos, conforme exigências da legislação brasileira. Em 30/jul./91 o Estatuto da DESUS foi aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração da DESO, tendo sido publicado no D.O.E. em 26/ago./91.

Os objetivos primordiais do DESUS são: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para complementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantenedoras (atualmente firmado com a Mongeral Previdência Privada S/A); e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O custeio dos planos do DESUS é atendido pelas seguintes fontes de receitas: a) joias e contribuições mensais dos associados; b) contribuições mensais das mantenedoras, limitadas a 8% a folha de remuneração bruta dos empregados; c) receitas de aplicações do patrimônio; e d) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O DESUS aplica seu patrimônio estruturado dentro das técnicas atuariais e integrado no plano de custeio, tendo em vista: a) rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; b) garantia real dos investimentos; c) manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e d) teor social das intenções.

No orçamento anual, as despesas de administração são limitadas a taxa de 15% das respectivas receitas de cobertura.

b) Auxílio-Desemprego
O auxílio-desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio-desemprego será concedido na forma de pagamento mensal ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

Em relação ao Plano de Custeio, os compromissos do auxílio-desemprego serão custeados exclusivamente pelas mantenedoras, vedadas qualquer contribuição dos associados para o mesmo fim. O custeio do auxílio-desemprego será realizado mediante contribuições mensais para a constituição dos fundos.

Para a cobertura dos riscos de desemprego assegurada aos associados de idades inferiores a 60 anos, em face da dificuldade de retorno à atividade, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Anormal (Fundesa) com 85% do recolhimento mensal das mantenedoras, resultante da aplicação, sobre as remunerações fixas de seus associados (salário-base e incorporações), a taxa resultante da multiplicação do índice salarial do associado pelo “índice etário” da tabela Fundesa.

Para a cobertura dos riscos de desemprego não previstos, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Normal (FUNDESN), com 85% do recolhimento mensal da mantenedora individualizado em nome de cada associado e resultante da aplicação sobre sua

remuneração fixa, da taxa fixada com base em tabelas atuariais aprovadas anualmente pelo Conselho de Curadores do DESUS.

No exercício de 2020 a mantenedora repassou à DESUS o montante de R\$ 1.017.265. Na data de 31/dez./20 o Instituto Assistencial da DESO – DESUS possuía um efetivo de 399 associados.

c) Programa de Indenização do Acordo Coletivo
Conforme disposto na cláusula do programa de indenização estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia pagará uma indenização aos seus empregados já aposentados e que ainda estejam em exercício da função e em atividade na empresa ou que se aposentarem, e requererem a rescisão contratual na vigência do Acordo Coletivo.

Durante o exercício, 33 empregados estavam inscritos no programa de indenização e 18 foram desligados da Companhia até o final do exercício. Foi constituído provisão para os demais empregados inscritos no programa.

Ⓜ NOTA 13. RECEITAS

A) RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2020	2019
Receita Operacional Bruta		
Receitas de Água	490.648.982	503.117.380
Receitas de Esgoto	112.683.834	109.634.928
Receitas de Outros serviços	33.717.985	53.220.247
Receitas a Faturar	(1.390.353)	3.151.675
Total das Receitas Operacionais	635.660.448	669.124.230
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(47.749.004)	(49.962.979)
PIS/PASEP	(10.323.056)	(10.804.264)
Total das deduções	(58.072.060)	(60.767.243)
Total da Receita Operacional Líquida	577.588.388	608.356.987

A composição das receitas operacionais, por categoria, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2020	2019
Receita Operacional Bruta		
Residencial	474.250.887	444.591.448
Comercial	62.350.159	70.058.337
Industrial	5.577.784	8.334.307
Órgãos Públicos	61.153.986	89.768.216
Receitas de Outros serviços	33.717.985	53.220.247
Receitas a Faturar	(1.390.353)	3.151.675
Total das Receitas Operacionais	635.660.448	669.124.230

A instabilidade econômica provocada pelo coronavírus, em que vários setores da economia, considerados não essenciais, foram paralisados no intuito de conter o avanço da doença, trouxe reflexos econômicos também na DESO.

Apuramos queda na receita operacional, principalmente na categoria Órgãos Públicos, seguido pela Indústria e Comércio. Da mesma forma, registramos queda na Receita de Outros serviços, influenciada sobretudo pelas receitas com reparações e sanções. Conforme destacado na nota explicativa 1 – Impactos do Coronavírus (COVID-19), houve a suspensão dos cortes por falta de pagamento.

No entanto, houve crescimento da receita operacional da categoria Residencial, resultado do isolamento social que demandou maior consumo da população pelos serviços prestados pela DESO em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou reforçar os bons hábitos de higiene para conter o avanço da doença.

Ⓜ NOTA 14 – CUSTOS DOS SERVIÇOS

A Composição dos custos por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2020	2019
Pessoal	(175.009.818)	(174.182.380)
Material	(39.322.106)	(38.884.097)
Serviços de Terceiros	(151.506.991)	(162.399.521)
Depreciação	(37.133.940)	(36.262.189)
Outros custos	(1.173.508)	(3.292.067)
Total dos Custos dos Serviços	(404.146.362)	(415.020.253)

Ⓜ NOTA 15 – DESPESAS OPERACIONAIS

A composição destas despesas por natureza é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2020	2019
Despesas Comerciais		
Pessoal	(31.791.927)	(35.672.602)
Material	(117.287)	(108.073)
Serviços e Terceiros	(17.775.916)	(20.288.246)
Perdas de Crédito	(25.733.084)	(39.087.504)
Outras despesas comerciais	(108.549)	(347.244)
Total das Despesas Comerciais	(75.526.764)	(95.503.669)

DESCRIÇÃO	2020	2019
Despesas Administrativas		
Pessoal	(50.490.885)	(58.318.479)
Material	(802.573)	(549.721)
Serviços de Terceiros	(7.936.893)	(10.996.506)
Depreciação	(6.671.556)	(6.732.692)
Outros Custos	(12.106.047)	(6.089.050)
Total das Despesas Administrativas	(78.007.955)	(82.686.448)

Conforme destacado na nota explicativa 1 – Impactos do Coronavírus (COVID-19), a Companhia promoveu redução nos custos e despesas, além de ajustes orçamentários visando preservar o fluxo de caixa para honrar os compromissos financeiros com prestadores de serviços, materiais de tratamento, encargos trabalhistas e tributos a fim de manter a qualidade e continuidade da prestação de serviço.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2020

Aos

Acionistas, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO

Rua Campo do Brito, 331 – Praia 13 de Julho, Aracaju – Sergipe CEP: 49.020-380 Telefone: (79) 3226-1000 - Site: www.deso-se.com.br
CNPJ (MF): 13.018.171/0001-90

1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1 Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Consoante mencionado em nota explicativa nº 3 “g”, a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.2. Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Ênfase:

3.1) Contratos de Concessão

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 1 que passamos a transcrever:

“A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 73 municípios em que a DESO opera, 11 (onze) contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos. Em 31 de dezembro de 2020, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.”

De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, nº 1.261/09 alterada pela Resolução nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 – Contratos de Concessão, em conso-

nância a ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da companhia, considerando as pendências existentes nos contratos de concessão para definição das regras sobre a reversão dos bens, decidiu manter seus investimentos em infraestrutura classificados na rubrica do Ativo Imobilizado. Não nos foi possível determinar os efeitos que o processo de adaptação dos contratos de concessão a nova lei e sua classificação para o Ativo Intangível poderão ter sobre as demonstrações contábeis de 2020.”

3.2) Impactos do Coronavírus (COVID – 19)

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 1 que passamos a transcrever:

“No início de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou pandemia do novo coronavírus (Covid-19), doença infecciosa que afetou um grande número de pessoas espalhadas pelo mundo. Vários setores da economia, considerados não essenciais, foram paralisados no intuito de conter o avanço da doença. A DESO, que presta serviços essenciais à população no setor de saneamento, continuou a operar. Entretanto, adotou diversas medidas de prevenção, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados que se tornam ainda mais essenciais no contexto desta pandemia em que a OMS recomenda que toda a população mantenha bons hábitos de higiene, como a lavagem das mãos de forma correta e com mais frequência.

A Companhia adotou diversas medidas preventivas para que seus empregados não fossem expostos a situações de risco, tais como: (i) disponibilização de máscaras e álcool em gel; (ii) afastamento dos empregados enquadrados no grupo de risco; (iii) isolamento domiciliar para os empregados que apresentarem sintomas respiratórios e/ou febre; (iv) definição do efetivo mínimo para trabalho interno; (v) atendimento aos clientes remotamente via agência virtual, aplicativo de mensagem e telefone; (vi) orientação para manter o ambiente de trabalho com uma maior circulação de ar; (vii) criação do protocolo virtual para tramitação de documentos e processos, de modo exclusivamente digital; (viii) foram tomadas medidas de prevenção para que os empregados da área operacional desenvolvesse suas atividades sem agravar o risco de contaminação, garantindo a continuidade na prestação dos serviços essenciais à população.

Entre as principais medidas adotadas pela DESO para minimizar os efeitos negativos na economia proveniente da pandemia, podemos destacar: (i) suspensão do reajuste tarifário anual; (ii) suspensão dos cortes por falta de pagamento; (iii) isenção da cobrança das ligações enquadradas na Tarifa Social; (iv) aplicação do consumo medido (real) em detrimento da aplicação do consumo mínimo (por economia) da rede hoteleira. Essas medidas também provocaram reflexos econômicos e financeiros na Companhia.

Diante do cenário de instabilidade econômica agravada pelo coronavírus, a Companhia promoveu redução nos custos e despesas, além de ajustes orçamentários visando preservar o fluxo de caixa para honrar os compromissos financeiros com prestadores de serviços, materiais de tratamento, encargos trabalhistas e tributos a fim de manter a qualidade e continuidade da prestação de serviço.”

4) Outros Assuntos

4.1) Relatório da Administração

A administração da **DESO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 24 de março de 2020, com opinião modificada contendo as mesmas ressalvas.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração

de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **DESO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **DESO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **DESO**.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **DESO** a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aracaju/SE, 05 de março de 2021

AUDIMEC –AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O “S”SE

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”SE
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”SE Contador – CRC/PE
021100/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, em cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e ao estatuto da empresa, procedeu ao exame do Relatório de Gestão da Administração e das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - AUDIMEC Auditores Independentes S/S, com data de 05 de março de 2021, com ressalva e parágrafos

de ênfase, elaborado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Exceto pelas ressalvas e parágrafo de ênfase, apontados no Relatório da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Este Conselho, conclui, baseado no Relatório da Auditoria AUDIMEC Auditores Independentes S/S, que a referida documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Aracaju (Se), 24 de março de 2021.

Jairo Henrique Cordeiro de Menezes
Claudiano Guimarães Santos
Denilson Ribeiro Evangelista